

## Castelos na Arcia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964) \*

Maria Hermínia Tavares de Almeida

“No Brasil as instituições duram tanto quanto seus fundadores”.

ANÍSIO TEIXEIRA

O início da institucionalização das Ciências Sociais no País data dos anos 30 e está associado às grandes transformações políticas e institucionais desencadeadas pela Revolução de 30. Em particular, a criação de cursos de Ciências Sociais é contemporânea de profundas mudanças, de sentido *modernizador*, no sistema educacional do País. No nível superior, destacam-se a Reforma de Ensino do Min. Francisco Campos, que deu novo estatuto às (jovens) universidades brasileiras, reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro — criada em 1920 — e previu a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras; e a fundação da Universidade de São Paulo.

Costa Pinto assinala, com argúcia, que a “organização do ensino superior de Ciências Sociais representou muito mais um avanço da cultura brasileira como um todo do que apenas o desdobramento de uma de suas partes” (Costa Pinto e Carneiro, 1955). Com efeito, ela não resultou de processos de progressiva especialização disciplinar internos à vida e à instituição acadêmicas. A legitimidade das Ciências Sociais tinha suportes mais amplos e, em larga medida externos à academia. Elas eram valorizadas como instrumento requerido pela modernização social e institucio-

nal do País. Esta última a ser produzida pela ação política deliberada e cientificamente informada das elites dirigentes. Assim, as Ciências Sociais — em particular a Sociologia — deveriam constituir o ingrediente principal da formação de novas elites, habilitadas a assumir a tarefa de construção política de uma nação moderna. Da mesma maneira, tinham de fazer parte da formação básica dos cidadãos, cuja existência era vista como condição e substrato da nação. Por esta razão, ao mesmo tempo em que as Ciências Sociais ganharam território próprio nas novas Universidades, a Sociologia tornou-se disciplina obrigatória na escola secundária, por força da Reforma Campos (1931).

A formação sociológica é contraposta à bacharelesca, timbre das elites tradicionais, responsáveis, em boa medida, pela existência de instituições políticas — de corte liberal — em desavença com as condições sociais do país. E de Oliveira Vianna a caracterização dessas elites e de sua obra institucional:

“Esta discordância entre o direito-lei e a realidade social (direito-costume) é, com efeito um traço dominante da história política dos povos latino-ameri-

\* Este texto é parte da pesquisa *História das Ciências Sociais*, em andamento no IDESP, com apoio da FINEP, sob coordenação de Sérgio Miceli.

canos. É um fato geral que decorre do tradicional "marginalismo" das suas elites políticas."

"É certo que todos eles timbram em dizer que "legislam para o Brasil". Esta é pelo menos a intenção deles, mas o tipo de "animal político" que tomam para base de seus raciocínios e das suas construções políticas e administrativas não é o brasileiro de verdade (...). É uma entidade abstrata, um "ente de razão", como se diz em metafísica, uma espécie de símbolo algébrico — o *cidadão-tipo* — e este cidadão-tipo é o modelo ideal que haviam imaginado os teóricos do Enciclopedismo e da Soberania do povo. É sobre esta abstração, é sobre esta criação tópica (...) é sobre este "sonho" que os nossos técnicos de Direito Público constroem os seus sistemas políticos para o Brasil e formulam as suas doutrinas constitucionais para o Brasil; e outorgam ao Brasil — que eles ignoram visceralmente — Constituições modelares..." (Oliveira Vianna, 1974:211).

E caracterizando o "marginalismo" de Ruy Barbosa, Oliveira Vianna dirá que ele vinha do fato de que "não possuía, nem podia possuir, na sua cultura de publicista, o complemento das Ciências Sociais" (Oliveira Vianna, 1974:43, v. II).

Cabe ressaltar que a importância desse complemento foi reconhecida e enfatizada por todo o espectro político da intelectualidade modernizante. Neste sentido, a abordagem sociologizante tornou-se constitutiva das ideologias em pugna, pelo menos a partir dos anos 20.

Na verdade, a Sociologia como "ponto de vista" já constituía uma influência dominante na literatura brasileira, como observa Antônio Cândido (1976). Seu produto mais notável foi "aquele gênero misto de ensaio, construído na confluência da História com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil e à qual devemos a pouco literária *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero; *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna; a obra de Gilberto Freyre e as *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda" (Antônio Cândido, 1976:130).

A década de 30, inaugura a difícil metamorfose das Ciências Sociais de "ponto de vista" em disciplina acadêmica, com aspi-

ração à ciência. De visão impressionista em conhecimento organizado sobre a sociedade. Para tanto haviam muitas condições propícias. A par da legitimidade da abordagem sociológica, anteriormente aludida, é possível enumerar outras circunstâncias favoráveis de ordem variada.

No plano da vida intelectual, estavam mudando as formas de percepção e de organização do conhecimento sobre a realidade. Antônio Cândido enfatiza o papel do movimento modernista e o impacto de seu esforço por adequar a produção literária "às novas exigências da sensibilidade e conhecimento". Diz ele:

"Nesta ordem de considerações, o Modernismo representa um esforço brusco e feliz de reajustamento da cultura às condições sociais e ideológicas, que vinham, desde o fim da monarquia, em lenta mudança, acelerada pelas fissuras que a Primeira Guerra Mundial abriu, também, aqui na estrutura social, econômica e política. A força do Modernismo reside na largueza com que se propôs a encarar a nova situação, facilitando o desenvolvimento até então embrionário da sociologia, da história social, da etnografia, do folclore, da teoria educacional, da teoria política" (Antônio Cândido, 1976:134).

Mas não se estava alterando apenas a substância da vida intelectual, a maneira de organizar o conhecimento sobre o real. *Modificavam-se, em igual medida, as condições em que ela transcorria, assim como os sujeitos sociais que a promoviam.* No momento que nos ocupa já existia no País uma camada intelectual — chame-se-a ou não de *intelligentsia* — com densidade suficiente para constituir um campo intelectual com alguma complexidade institucional. Nesta linha, afirma Luciano Martins:

"Para a *intelligentsia*, estruturar o espaço cultural significava a possibilidade de criar instituições modernas, abertas ao espírito de renovação e de pesquisa; e, num outro registro, instituições capazes, também, de tirá-la do isolamento, de difundir sua mensagem e de criar um mercado, não necessária ou exclusivamente no sentido econômico do termo, mas, também, no sentido de um *lugar* onde se intercambiam idéias. Em suma, os *locii* para a fundação, o reconhecimento e a expansão de sua

identidade social, e mesmo de sua "missão" na sociedade." (Martins, 1987: 80).

O movimento pela criação de Universidades constituiu uma expressão inequívoca da densidade adquirida pela intelectualidade no momento que nos ocupa. Levado a cabo por instituições criadas por intelectuais no raiar dos anos 20 (Academia Brasileira de Ciências — ABC, 1916, e Associação Brasileira de Educação — ABE, 1924) ele foi uma demonstração de que o ensino superior deixara de ser assunto de interesse apenas das elites econômicas e políticas atendidas pelas grandes escolas tradicionais de Direito, Engenharia e Medicina. Ao contrário, já começava a existir uma camada intelectual — reduzida, é certo — mas com capacidade de argumentação e de articulação política suficientes para sustentar a existência de um espaço para produção de saber organizado no âmbito do sistema de ensino superior.

Ressalte-se que, à semelhança do que ocorreu com a abordagem sociologizante, a criação da universidade era meta compartilhada por intelectuais reformadores situados em todos os pontos do espectro político e ideológico. Autoritários ou democratas, conservadores católicos, liberais ou socialistas, vencedores de 1930 ou vencidos em 1932, todos convergiam para a necessidade de instituí-la, ainda que disprezassem quanto a seu formato, grau de autonomia e conteúdo de sua atividade.<sup>1</sup>

Todavia, nem tudo eram condições favoráveis. A institucionalização das Ciências Sociais deveria enfrentar vicissitudes consideráveis, também relacionadas às circunstâncias presentes. A história das Ciências Sociais, até meados dos anos 60 pode ser contada como um penoso processo de construção institucional, onde os fracassos somaram bem mais do que os êxitos, a despeito da enorme importância que o "modo de pensar das Ciências Sociais" desempenhou na estruturação do campo de idéias que informou a pugna política.

Em primeiro lugar, cabe lembrar as condições em que se deu a modernização do ensino superior, com a criação e, ou, reestruturação das Universidades. Ela foi parte integrante de um processo de *state building*, cujo traço marcante era a centralização. Destarte, entre os vários projetos de universidade em disputa nos anos 30, terminou por predominar aquele no qual era pequena a autonomia e exacerbada a regu-

lamentação, o controle governamental e a uniformidade institucional daí decorrente (Paim, 1982; Schwartzman, 1984).

Uma instituição nova e pouco autônoma seria — como o foi — extremamente sensível às marés políticas e à interferência da pequena política nos seus assuntos internos.

Por outro lado, o projeto de modernização institucional, implicado na idéia de estruturação da Universidade, e sustentado pela camada intelectual modernizante, à exceção de São Paulo, não parece ter contado com uma rede social de apoio significativa entre as elites dominantes, numa espécie de anteparo quando a intromissão governamental se tornasse excessiva. Por conseguinte, em momentos de crise tenderam a se enfrentar governo e comunidade universitária, com os resultados previsíveis.

Finalmente, a decisão de criar a Universidade era comparativamente mais fácil do que fazê-la funcionar efetivamente como *locus* de produção de ciência. A institucionalização da pesquisa revelar-se-ia tarefa complexa, para a qual quase nunca era possível encontrar pessoal capacitado. No caso das Ciências Sociais, essa dificuldade constituía a contrapartida do fato de sua institucionalização ser antes o produto da legitimidade externa da abordagem sociológica do que do seu desenvolvimento como disciplina acadêmica. Como observa Costa Pinto, "uma geração de *autodidatas* — usada aqui a expressão no seu melhor sentido — preparou e lançou as bases da futura organização do ensino superior das Ciências Sociais" (Costa Pinto, 1955:13). Na verdade, os fundadores da Sociologia acadêmica, autodidatas brilhantes, não possuíam a experiência em pesquisa indispensável à transformação das Ciências Sociais em disciplina com pretensão à ciência.

No texto que segue, tentaremos reconstruir sumariamente e discutir as características e impasses do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro, dos anos 30 até 1964.

#### Primeiras Iniciativas — Primeiras Derrotas

A criação de instituições nas quais as Ciências Sociais poder-se-iam desenvolver como áreas de conhecimento, no decorrer do período estudado, ocorreu basicamente em dois momentos. O primeiro foi na década dos 30 e o segundo na década dos 50, como se pode apreciar no Quadro I.

Quadro I

Instituições Ligadas às Ciências Sociais no Rio de Janeiro por Data de Criação

| <i>Ano</i> | <i>Instituição</i>  | <i>Natureza</i>    |
|------------|---|--------------------|
| 1932       | Instituto Católico de Estudos Superiores.   | privado            |
| 1935       | Universidade do Direito Federal.  | público            |
| 1935       | Instituto de Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação da Prefeitura do DF.  | público            |
| 1937       | Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP-MEC)  | público            |
| 1938       | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  | público            |
| 1939       | Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (posteriormente Faculdade Nacional de Filosofia) da Universidade do Brasil.                     | público            |
| 1940       | Faculdade de Filosofia das Faculdades Católicas.  | privado            |
| 1944       | Fundação Getúlio Vargas.  | público            |
| 1945       | Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil.  | público            |
| 1946       | Transformação das Faculdades Católicas em Pontifícia Universidade Católica.   | privado            |
| 1950       | Instituto de Direito Público e Ciência Política da FGV.   | privado            |
| 1953       | Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) transformado em 1955 no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). | privado/público    |
| 1955       | Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE-INEP).  | público            |
| 1955       | Seção de Estudos do SPI, Museu do Índio.  | público            |
| 1957       | Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais.   | intergovernamental |
| 1958       | Instituto de Ciências Sociais — Universidade do Brasil.   | público            |

Como se pode observar, pouco se fez em matéria de construção institucional nos anos 40, a par da criação da Fundação Getúlio Vargas — FGV, pelo lado da iniciativa pública, e da Universidade católica, pelo lado do empreendimento privado. Consumou-se, também, com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, um arrastado processo de discussão sobre a oportunidade e as características possíveis do estudo da economia em nível superior (cf. Schwartzman, Bomeny e Ribeiro da Costa, 1984: 219-25).

Em contraposição, as décadas de 30 e 50 foram mais férteis em produzir instituições

— seis em cada período — ainda que em condições e com características bem diversas.

O processo de criação institucional dos anos 30 foi conseqüência e expressão do embate entre as forças de signos ideológicos diversos envolvidas na arena político-ideológica. Em particular, na pugna por definir o sentido das mudanças requeridas para a modernização do ensino superior.

Assim, a primeira iniciativa da década foi a criação do Instituto Católico de Estudos Superiores — ICES, ligado ao Centro D. Vital, por inspiração de Alceu de Amoroso Lima. Seus objetivos eram constituir um centro catalizador da atuação dos cató-

Quadro II  
 INSTITUIÇÕES EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO  
 1930-1949

| Instituições  | Data - Fundação  | Participantes  | Participantes Estrangeiros   | Publicações                           |
|---|--|--|--|---------------------------------------|
| Instituto Católico de Estudos Superiores — ligado ao Centro D. Vital  | 1932 — Fundado por Alceu Amoroso Lima para catalizar a atuação dos católicos na discussão do ensino superior e manter influência sobre a formação das elites   | Alceu Amoroso Lima (curso: Ação Católica) área de Estudos Morais e Políticos.<br>Romeu Rodrigues da Silva (Economia Política)<br>L. A. Rego Monteiro (sociologia)<br>Helder Câmara (pedagogia experimental)<br>Theobaldo Miranda dos Santos (pedagogia geral)<br>Eremildo Luiz Vianna (História da Civilização)<br>Hamilton Nogueira (biologia e antropologia) |  |                                       |
| Universidade do DF<br>Escola de Filosofia e Letras<br>Instituto de Educação<br>Escola de Economia e Direito<br>Escola de Ciências | DM 5513 (41.4/1935)<br>Funciona até 1939   | Anísio Teixeira (fundador)<br>Artur Ramos (1903)<br>Gilberto Freyre (antropologia social e cultural)<br>Afrânio Peixoto  | Emile Brehier (filosofia)<br>Eugène Albertin (história)<br>Henri Hauser (história)<br>Henri Tronchon (história)<br>Gaston Leduc (lingüística)<br>Pierre Desfontaines (geografia)<br>Robert Garric (literatura) |                                       |
| IBGE (por transformação do Instituto Brasileiro de Estatística)   | 1938   | Mario Augusto Teixeira Freitas,<br>José Carlos Macedo Soares (presidente)<br>Giorgio Mortara   |  |                                       |
| Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (ou Fac. Nac. de Filosofia)<br>Universidade do Brasil absorve professores da UDF        | 1939   | Artur Ramos (antropologia e etnologia)<br>Alberto Guerreiro Ramos, L. A. Costa Pinto, Victor Nunes Leal, Evaristo de Moraes Filho  | Jacques Lambert  |                                       |
| INEP — Ministério da Educação e Saúde Pública   | Dec.-lei 580 — 1937  | Lourenço Filho (dir. 1938-1945)<br>Murillo Braga Carvalho (1945-52)<br>Anísio Teixeira (1952)  |  | Revista de Estudos Pedagógicos — 1941 |
| Faculdades Católicas<br>Comissão org. Alceu Amoroso Lima e Pdê.<br>Franca gestão entregue Cia. de Jesus                           | 1940 — Autorização de funcionamento pelo Conselho Nac. Educação, Dec. 6.609 autoriza cursos de bacharelato da Fac. Direito e sete cursos Fac. Filosofia inclusive Ciências Sociais<br>Dec. 8.681 — 15.3.46 |  |  |                                       |
| PUC   |  |  |  |                                       |

licos na discussão sobre o ensino superior e organizar e expandir a influência do pensamento católico na formação das elites.<sup>2</sup>

**Afirma Salem:**

“Enquanto embrião da futura Universidade Católica, o Instituto Católico de Estudos Superiores pretendia se integrar no movimento internacional do renascimento filosófico católico e, concomitantemente, servir como um modelo alternativo de organização universitária no Brasil. Em verdade, a demanda última era a de que o ensino superior se libertasse da tutela estatal para voltar a pertencer à Igreja” (1982:127).

Os cursos do ICES tinham como eixo três disciplinas obrigatórias: a Sociologia era uma delas, a Filosofia e a Teologia as duas outras. Do corpo docente da área de “Estudos Morais e Políticos” faziam parte, além do próprio Alceu: Romeu Rodrigues da Silva, em Economia Política; L. A. Rego Monteiro, em Sociologia; Helder Câmara, em Pedagogia Experimental; Theobaldo Miranda dos Santos, em Pedagogia Geral; Eremildo Luiz Vianna, em História da Civilização; e Hamilton Nogueira, em Biologia e Antropologia.

Existem referências da publicação em *A Ordem* de alguns produtos da sociologia praticada sob a égide do ICES.<sup>3</sup>

O ICES foi o ponto de partida de um percurso que culminou com criação das Faculdades Católicas, em 1940, que incluía uma Faculdade de Filosofia dotada de curso de Ciências Sociais e que se transformaria, em 1946, em Pontifícia Universidade Católica — PUC. Esse trajeto, liderado por Alceu de Amoroso Lima e Pe. Franca não foi direto; antes de desembarcar na decisão de fundar uma instituição universitária católica passou pela tentativa de, em um primeiro momento, garantir o espaço universitário para a Igreja, em detrimento do Estado e, em um segundo momento, exercer controle hegemônico sobre a Universidade pública, em particular sobre a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, criada em 1939.

A segunda iniciativa da década foi projeto de forças situadas, face aos católicos, no pólo oposto do espectro político.

Em 1935, por obra de Anísio Teixeira, então *Secretário Municipal de Educação* no governo municipal de Pedro Ernesto, funda-se a Universidade do Distrito Federal — UDF. O empreendimento materializava

as concepções e propostas da intelectualidade que, ligada à ABE e à ABC, empunhara, na década anterior, a bandeira da criação da Universidade como lugar da *atividade científica livre e da produção cultural desinteressada*.

Seu modelo assemelhava-se ao da Universidade de São Paulo — USP, fundada no ano anterior. Seu núcleo estava constituído pelas Escolas de Filosofia e Letras, Economia e Direito, e Ciências, assim como pelos Institutos de Educação e de Artes. A efetivação do ideal universitário seria garantido pelo concurso do que havia de melhor entre a intelectualidade modernizante no País e pela contribuição seminal de professores estrangeiros. Arthur Ramos, Sérgio Buarque de Hollanda, Jorge de Lima, Alvaro Vieira Pinto, Josué de Castro, Afonso Arinos de Mello Franco, Gilberto Freyre, Lourenço Filho, Mário Casassanta, Mário de Andrade, Heitor Villalobos, Cândido Portinari, Arnaldo Estrela, entre outros, foram chamados a compor o plantel nacional na área de Ciências Sociais, Letras e Artes. Afrânio Peixoto, seu primeiro reitor, encarregou-se de contratar, na França, um *elenco de professores estrangeiros* composto por Emile Brehier (Filosofia), Eugene Albertin (História), Henri Hauser (História), Henri Tronchon (História), Gaston Leduc (Linguística), Pierre Desfontaines (Geografia), Robert Garric (Literatura).

Semelhante à USP na concepção, a UDF não dispunha, contudo, da mesma rede social de apoio. A instituição paulista foi percebida, pelas elites locais, como parte de um projeto de redenção política através da afirmação da hegemonia cultural paulista. E, como tal, legitimou-se e pode ficar, relativamente, ao abrigo de tempestades políticas. Já a UDF não contou com o mesmo tipo de escora social no momento em que foi sacudida pela reverberação do processo de radicalização política de meados da década dos 30.

Com efeito, já no ano de sua criação, o projeto perderia seu mentor e defensor no governo municipal com o alijamento de Anísio Teixeira, resultado da queda do Prefeito Pedro Ernesto. Em consequência, enfraquecia-se brutalmente a posição dos intelectuais ligados à ABE; fortaleciam-se as hostes católicas que haviam feito oposição cerrada a Teixeira. Solidificava-se a aliança entre o Ministro da Educação e as *lideranças católicas contra um projeto universitário* que se queria assentar sobre a autonomia e a liberdade de opinião e de pesquisa. Em 1937, a reitoria da UDF, que

já fora ocupada por Afrânio Peixoto e Afonso Pena Filho, foi entregue a Alceu Amoroso Lima, que se ocupou de preparar sua extinção. Para o conservadorismo católico tratava-se de liquidar no nascedouro um projeto universitário leigo, estatizante, racionalista e perigosamente propenso à "contaminação marxista". Para o Ministro da Educação de um governo empenhado em construir um Estado forte e centralizado, tratava-se de sufocar uma proposta assentada na idéia de autonomia administrativa e liberdade de criação e pensamento. Argumentaria o Min. Capanema com José Maria Belo:

"(...) Depois chamo sua atenção para este lado grave da questão, a saber, à União é que cabe dar ao ensino superior do país os padrões de todos os cursos. A Universidade do Brasil, modelo das demais, deve pois instituir e organizar modeladamente todas as espécies de faculdades. Nós que temos espírito nacional, que queremos o Brasil em primeiro lugar, não podemos querer que os padrões venham de outro ponto que não seja a União" (*apud* Schwartzman; Bomeny e Ribeiro da Costa, 1984:212).

A terceira iniciativa da década na área de ensino nasceu, assim, nas antípodas do projeto da UDF. Foi a afirmação das concepções centralistas e autoritárias, que presidiram e inspiraram a construção das instituições estatais, na primeira era de Vargas. Ela constituiu, também, a concretização da aliança do autoritarismo governante com o conservantismo católico, que garantiu ao último apreciável ascendência intelectual sobre a montagem das áreas de Ciências Sociais e Humanidades. Criada em 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia — FNFfi, da Universidade do Brasil surgiu desta convergência ideológica e de interesses.

Embora, de início, se houvessem antagonizado com o Estado Novo, os integralistas não tiveram dificuldade em encastelarse na nova instituição e, mesmo, em exercer sobre ela considerável domínio. San Thiago Dantas dirigiu a FNFfi de 1941 — 1945 e garantiu lugar para antigos companheiros, como Thiers Martins Moreira. Ademais, a nova faculdade absorveu o que restara dos quadros da UDF, depois de politicamente expurgados. Repetiu, também, alguns dos procedimentos adotados pela sua antecessora, ainda que com con-

teúdos políticos e doutrinários diversos e sem a independência que caracterizara a UDF. Durante todo o Estado Novo, a nomeação de professores dependeu de autorização presidencial, ouvida a seção de Segurança Nacional (*apud* Schwartzman; Bomeny e Ribeiro da Costa, 1984:227).

A área de Ciências Sociais foi constituída com o concurso de pensadores sociais de renome, mas simpáticos ou comprometidos diretamente com o Estado Novo, e de professores estrangeiros, basicamente franceses, ligados à corrente de pensamento católica. A Oliveira Vianna foi oferecida uma cátedra, que jamais chegou a ocupar; Arthur Ramos tornou-se catedrático de Antropologia e Etnologia. Em tratativa direta de governo a governo, organizou-se a vinda de Jacques Lambert, para a cátedra de Sociologia; André Gros, para Política; Antoine Bon, para História Antiga e Medieval; Maurice Byé, para Economia Política; René Poirier, para História da Filosofia, e outros para cátedras de Literatura, Psicologia, Geografia etc.

A estadia dos professores estrangeiros parece ter sido curta e de impacto intelectual mais modesto do que aquele exercido pela missão francesa na USP. Já em 1943, Victor Nunes Leal era indicado para ocupar a cátedra de André Gros e L. A. Costa Pinto, formado na primeira turma de Ciências Sociais, substituíva seu mestre, Jacques Lambert, na cátedra de Sociologia.

Na verdade, a atividade de pesquisa parece não ter logrado se institucionalizar na FNFfi, nem na forma embrionária e precária com que se vinha desenvolvendo na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo — ELSP e na USP, no mesmo período. Com efeito, nos primeiros dez anos da FNFfi (1939-1948) diplomaram-se 30 pessoas em Ciências Sociais, entre os quais L. A. Costa Pinto e Guerreiro Ramos, que desempenhariam papel de destaque nos anos 50.

Entretanto, os resultados da produção do período são minguados e revelam a permanência de um estilo de trabalho mais próximo do grande ensaio "com ponto de vista sociológico". Assim, comentando a produção da FNFfi, em seu primeiro decênio, Raul Bittencourt destacará "os trabalhos de antropologia brasileira do professor Arthur Ramos, os estudos sobre geografia humana e sobre o problema da alimentação, do professor Josué de Castro (...), o curso de Economia Política do professor Djacir Menezes, as pesquisas históricas que

realizou Hélio Vianna sobre a imprensa no Brasil (...)" (Paim, 1982:79).

Ao fazer um balanço sobre o desenvolvimento da Sociologia no Rio de Janeiro, Fernando de Azevedo chega a conclusões semelhantes quanto aos resultados alcançados. Sua lista de trabalhos relevantes é parecida com a de Bittencourt, mas um pouco mais extensa, incluindo, também, os seguintes autores e trabalhos: Mário Lins: *Espaço, Tempo e Relações Sociais* (1940), *Introdução à Espaçoologia Social* (1940), *A Transformação da Lógica Conceitual da Sociologia* (1947), *The Future of Sociology as Science*; A. Carneiro Leão: *Fundamentos da Sociologia* (1940), *Sociologia Rural* (1941); A. Guerreiro Ramos: *As Lutas de Famílias no Brasil* (1947), *Problèmes Démographiques Contemporains* (com Jacques Lambert, 1944); Manuel Diegues Jr.: *O Banguê nas Alagoas* (Azevedo, 1956).

Ao lado das iniciativas no plano do ensino superior, cabe assinalar, também, o surgimento, ainda na década dos 30, de outro tipo de instituição capaz de dar abrigo a cientistas sociais e de propiciar a produção de uma modalidade de conhecimento que, sem ser acadêmico em sentido estrito, costuma estar associado ao desenvolvimento das Ciências Sociais. Com efeito, o processo de modernização do Estado e, em particular, o esforço por torná-lo apto a desempenhar novas funções de planejamento e gestão, propiciaram a criação de organismos novos no âmbito de alguns ministérios, destinados a informar o *policy making* do governo central. Assim, surgiram o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa — INEP, em 1937 e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, no ano seguinte.

Criado a partir da reorganização do antigo Serviço Nacional de Recenseamento, para a realização do Censo de 1940, o IBGE significou um passo essencial para a institucionalização dos estudos demográficos no País. Além de assegurar a produção das estatísticas nacionais indispensáveis ao avanço dos estudos na área das Ciências Sociais, em seu Laboratório de estatística, organizado pelo demógrafo italiano, Giorgio Mortara, produziram-se monografias e análises, sobre as quais se puderam alicerçar os estudos demográficos no período subsequente.

O INEP, por seu turno, constituiu mais um desdobramento, desta vez no Ministério da Educação, do esforço do grupo de intelectuais ligados à ABE no sentido de promover uma reforma educacional pro-

funda e de efeitos democratizantes. Por esta razão, a embricação com as Ciências Sociais já estava dada na própria concepção do novo órgão e de suas funções. Criado por Lourenço Filho, figura ligada à ABE e ao movimento da Escola Nova, que dirigiria entre 1938 e 1945, era seu objetivo promover estudos e pesquisas que iluminassem a atuação governamental e, simultaneamente, prestar assistência técnica aos serviços municipais, estaduais e particulares de educação de forma a viabilizar sua reforma.<sup>4</sup>

Sobre as atividades do INEP na gestão Lourenço Filho, Mariani proporciona um relato resumido, que revela um significativo e bem sucedido esforço de construção institucional, um importante trabalho de divulgação do pensamento pedagógico internacional, um começo de consolidação das informações sobre a história da educação no País, e um fracasso no que respeita aos ambiciosos planos para o desenvolvimento da pesquisa de cunho sociológico. A mesma autora atribui esse fracasso à escassez de pessoal qualificado, agravada por disposições burocráticas que obrigavam o provimento dos cargos por "técnicos de educação", especialidade à qual o Departamento de Administração do Serviço Público — DASP, outorgou monopólio do exercício profissional, antes que o sistema educacional fosse capaz de produzi-los nas quantidades e com a qualificação requeridas (cf. Mariani, 1982:173-74).

Vista em perspectiva, a história das Ciências Sociais nas duas primeiras décadas de sua institucionalização, patenteia uma intimidade com a política, sob diversas formas. Essa proximidade, parece ter estado na raiz tanto de sua força como de suas vicissitudes.

Com efeito, muitas das instituições onde as Ciências Sociais se abrigaram, eram parte do aparelho governamental (INEP, IBGE). De outra parte, elas constituíam, com freqüência, a materialização de projetos culturais-ideológicos de forças que se definiam e disputavam poder na arena política. Por conseguinte, as repercussões dos embates políticos na vida interna das instituições acadêmicas eram necessariamente imediatas. No caso da Universidade pública, esse efeito foi potenciado pelo prevalecimento de um modelo centralista e autoritário. Ele consagrava a ingerência do Poder Executivo sobre a natureza e condições de exercício da atividade acadêmica, assim como sobre a distribuição de poder no seu interior. Esta passava a depender predominantemente de critérios externos e



alheios à vida intelectual, nem sempre benéficos ao seu florescimento.

Por outro lado, nestas circunstâncias o cultivo de conexões com o sistema político e com as agências governamentais, tornou-se uma estratégia plausível e necessária para os grupos atuantes do cenário acadêmico. Como veremos com mais nitidez na década dos 50, as figuras-chave na construção de instituições foram, em geral, simultaneamente, intelectuais e políticos em constante trânsito de uma esfera de atividade para outra.

Finalmente, a imbricação estreita entre Ciências Sociais e política manifestou-se como tensão interna ao conteúdo da produção. Com efeito, a discussão sobre a relevância política do conhecimento produzido e sobre seu compromisso com a ação transformadora, constituiu-se o tema recorrente, quase obsessão, das Ciências Sociais feitas na capital do País. O compromisso com a política prática tornou-se, além do mais, elemento de diferenciação polêmica frente à Sociologia acadêmica que se praticava em São Paulo. Esse debate, que se iniciou com o artigo de Costa Pinto, "Sociologia e Mudança Social", de 1947, e se inflamou com as diatribes de Guerreiro Ramos, na *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, de 1954, pontuou todo o período. Ele, de certa maneira, expressa a relação entre formas distintas de conceber a função das Ciências Sociais e, sobretudo, as condições diversas em que ela começou a se transformar em disciplina acadêmica, nos dois principais centros urbanos do País.

#### 1950-1964: A Expansão Institucional e seus Dilemas

O processo de construção institucional nos anos 50, apresenta diferenças marcantes com relação às décadas anteriores. O quadro III mostra, resumidas, algumas informações sobre as instituições dedicadas às Ciências Sociais criadas nos 14 anos que antecederam a quebra do regime da Constituição de 1946.

Como se pode observar, verificou-se a multiplicação de iniciativas, só comparável com aquela presenciada nos anos 30, e em contraste flagrante com a inércia da década anterior.

Em mais de um sentido, chama a atenção a diversidade dos novos empreendimentos. Com efeito, criaram-se modelos institucionais diversos: três eram órgãos localizados no interior de instituições públicas já existentes — Instituto de Direito

Público e Ciência Política — INDIPO, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — CBPE, Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios — SPI; um surgiu da reunião de unidades pertencentes à Universidade do Brasil, Instituto de Ciências Sociais — ICS; dois eram instituições isoladas, Instituto Superior de Estudos Brasileiros — ISEB e Centro Latino-Americano de Pesquisas e Ciências Sociais — CLAPCS. Por outro lado, a diversidade já espelhava um início de diferenciação disciplinar no interior das Ciências Sociais, ainda que a Sociologia fornecesse o paradigma dominante e percebido como matriz integradora do conhecimento produzido em outros campos. Assim, o INDIPO surgiu com o objetivo explícito de fertilizar a reflexão na área do Direito Público através do cultivo da Ciência Política. Por outro lado, a seção de Estudos do SPI, voltava-se claramente para o desenvolvimento da pesquisa e da formação de profissionais em Antropologia.<sup>5</sup>

Todos os empreendimentos do período sustentaram uma publicação periódica, à exceção da Seção de Estudos do SPI. Juntamente, com revistas editadas por grupos ou outras instituições, elas compuseram um campo de comunicação intelectual relativamente denso, no qual ganharam expressão praticamente todas as posições do espectro político com presença na cena cultural. O Quadro IV, mostra as publicações em circulação no período. Através dele é possível observar que, apesar da instabilidade da maioria dos periódicos, o número de iniciativas entre a segunda metade dos anos 50 e o começo da década seguinte, era superior a uma dezena.

A observação mais detida no Quadro III dá indícios de que a multiplicação das instituições talvez não deva ser interpretada apenas, ou principalmente, como expressão do vigor das Ciências Sociais, manifestado através do desabrochar de vários grupos com perfis e interesses diversos. Com efeito, um time destacado de intelectuais parece ter sido responsável por quase todas as criações do período. Exceção feita ao grupo que deu vida ao Instituto Brasileiro de Estudos Políticos — IBESP-ISEB e que só ligou-se a esta iniciativa, os nomes de Anísio Teixeira, L. A. Costa Pinto, Victor Nunes Leal, Themistocles Cavalcanti, Darcy Ribeiro, Castro Faria e Manuel Diégues, repetem-se em mais de uma instituição. Este fato sugere que a diversificação institucional pode ter sido, também, uma estratégia frente à dificuldade de deitar raí-

Quadro III  
 INSTITUIÇÕES EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO  
 1950-1954

| Instituições  | Data - Fundação                      | Participantes   | Participantes Estrangeiros  | Publicações                  |
|---|--------------------------------------|---|---|------------------------------|
| IBESP-ISEB  | IBESP (1953)<br>ISEB (1955)          | Helio Jaguaribe (diretor e secret. geral)<br>Roland Corbisier (Com. Executiva e Cons. de Redação dos Cadernos de Nosso Tempo)<br>Alberto Guerreiro Ramos (Com. executiva)<br>Ewaldo Correia Lima (Com. execut. e Direção dos Cadernos)<br>Romulo de Almeida Barreto (Com. executiva)<br>Ignácio Rangel (Cons. Redação dos cadernos)<br>Cândido Antônio José Francisco Mendes de Almeida (Membro do Cons. de Redação dos Cadernos)<br>João Paulo de Almeida Magalhães (Membro do Cons. de Redação dos Cadernos)<br>Israel Klabin (idem)<br>Oscar Soto Lorenzo (idem)<br>Ottolmy Strouch (Diretor dos Cadernos de Nosso Tempo)<br>Heitor Laício Rocha (Membro do Cons. de Redação dos Cadernos) |   | Cadernos do Nosso Tempo.     |
| CBPE-Centro Brasileiro de Pesquisas Econômicas (CAPES) — órgão de pesquisa do INEP-MEC<br>Curso 15.1.37<br>Dec.-feij 530 (1939)<br>Curso de formação de pesquisadores sociais (Darcy Ribeiro) | 1955<br><br><br><br>1957             | Anísio Teixeira (fund.)<br>Darcy Ribeiro (coord.)<br>(Diretor Estudos e Pesq. sociais)<br>L. A. Costa Pinto, Joaquim Rita, Aparecida Joly Gouveia, Roberto Cardoso de Oliveira, Carolina Bori, Celso Castaldi, J. R. Brandão Lopes  | Bertram Hutchinson (Soc. inglês) UNESCO<br>Andrew Pearse (Sociol. inglês) UNESCO<br>Solon T. Kimbele (Antrop. americano)<br>Robert Havighurst (Soc.) UNESCO<br>Otto Klinenberg (UNESCO)<br>Charles Wagley (UNESCO)<br>Carl Withers (UNESCO) | Educação e Ciências Sociais. |
| Seção de Estudos do SPI — Museu do Índio<br>Curso de aperfeiçoamento em Antropologia Cultural   | 1955<br>1955-56<br>Luis Castro Faria | Darcy Ribeiro, Eduardo Galvão, Castro Faria, Pedro Lima   |   |                              |

| Instituições  | Data - Fundação                                       | Participantes  | Participantes Estrangeiros | Publicações   |
|---|---|--|----------------------------|---|
| Instituto Brasileiro de Direito Público e C. Política   | 1950  | Temistocles Cavalcanti (fund.), Barbosa Lima Sobrinho, Bilac Pinto, Caio Tácito, Carlos Medeiros Silva, Hermes Lima, João Mangabeira, Osvaldo Trigueiro, San Thiago Dantas, Seabra Fagundes, Victor Nunes Leal   |                            | Revista de Direito Público e Ciência Política (1956). |
| Curso de Teoria e Pesquisa em Antropologia Social — Museu Nacional  | 1960  | Roberto Cardoso de Oliveira, Luis de Castro Faria  |                            |   |
| Centro Latino-Americano de Pesquisas de C. Sociais  | 1957 Dec. 41.657 durante o seminário IBECC-UNESCO     | <b>Fundadores Brasileiros</b><br>Oscar Esquivel (Costa Rica)<br>Gino Germani (Argentina)<br>Orlando de Carvalho<br>Isaac Gorio (Uruguai)<br>Antonio Rojas (Venezuela)<br>Eduardo Hamuy (Chile)<br>Mendieta & Nunes<br>Diretor: L. Costa Pinto (1957-61)<br>Manuel Diegues Jr. (1961)   |                            | Boletim do CLAPCS América Latina (1953-1961-1966).    |
| Instituto de Ciências Sociais — estudos e pesquisas em C. Sociais curso de disciplinas básicas em C. Sociais aperfeiçoamento e especialização | 1958-1967 começa efetivamente em 1959 e pesquisa 1960 | <b>Fundadores:</b> Evaristo Moraes F.º, Darcy Ribeiro, S. A. Costa Pinto, (Fac. Nac. Dir.) Victor Nunes Leal, Lineu de Albuquerque Mello (Fac. Direito)<br><b>Presidentes:</b> Victor Nunes Leal (1959) Evaristo Moraes F.º (1960-1962-1966-67) Lineu Pessoa e Albuquerque Mello (1961) Luis de Castro Faria (1963) Temistocles Cavalcanti (1964) Marina São Paulo de Vasconcelos (1965)<br><b>Conselho Diretor:</b> (em diversos momentos): Roberto Cardoso de Oliveira, Luis Aguiar de Castro Pinto, Jorge Kingston, José Nunes Guimarães, Antonio Garcia Miranda Neto, José Pereira de Souza, Maria Stille Faria Amorim<br><b>Diretor de Programa:</b> Tomas Pompeu Accioly Borges, Manuel Diegues Jr.<br><b>Pesquisadores:</b> Vinhas de Queiroz, Luciano Martins, Carlos Doria Seabra Soares, Ion Seabra de Freitas, José Antonio Pessoa de Carneiro, Nilda Agreda Pita, M. Stella Faria Amorim, Vera Werneck |                            | Revista de Ciências Sociais                           |



zes sólidas em terreno permanentemente varrido pela crise política e na ausência de tradições culturais que dessem lastro firme à atividade acadêmica. Nesse sentido, a opção daqueles construtores de instituições poderia ter sido a de materializar o maior número possível de projetos institucionais para que alguns vingassem, aproveitando ao máximo os recursos, em boa medida pessoais, de que dispunham.

Os recursos eram, basicamente, de três ordens — influência política, poder político e contatos internacionais — todos relacionados às histórias de vida da maioria dos construtores de instituições. Com efeito, foi comum a todos eles uma trajetória que se cumprira não apenas — nem principalmente — na academia, mas em agências governamentais ligadas ou não ao sistema educacional, e em cargos políticos de confiança ou de mandato eletivo. Assim como foi mais ou menos compartilhado o acesso a uma rede de relações internacionais — e em particular, latino-americana — tecida primordialmente em torno da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura — UNESCO.<sup>6</sup> O Quadro V proporciona informação biográfica resumida sobre as figuras mais destacadas da história institucional e intelectual das Ciências Sociais, no Rio de Janeiro. Ele patenteia certa similitude de caminhos trilhados e a enorme divergência entre suas histórias profissionais e a dos seus contemporâneos construtores da Sociologia paulista.

Assim, por exemplo, Anísio Teixeira usou o poder de que dispunha, na direção do INEP para criar o CBPE, que nasceu com apoio entusiástico e grande envolvimento da UNESCO. Da mesma forma, foi Anísio na presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior — CAPES, quem proporcionou os recursos necessários à decolagem do IBESP, cujo grupo fundador possuía laços estreitos com os técnicos de assessoria econômica de Vargas e que desempenharam papel de relevo no governo Kubitschek. Foram contatos dessa natureza que permitiram que o ISEB pudesse, posteriormente, ser “encampado” pelo Ministério da Educação.<sup>7</sup>

O desenvolvimento institucional que resultou da atividade desses empreendedores intelectuais deu-se em boa medida à margem da Universidade. Foram, na verdade, e em sua maioria, esforços de desenvolver a produção de conhecimento em Ciências Sociais fora do sistema universitário.

Desta maneira, a formação escolar de novos cientistas e a produção em Ciências Sociais estiveram sempre divorciadas. A primeira, realizada nas Universidades, limitou-se ao estágio de graduação. E é sintomático que o primeiro programa de pós-graduação criado no Rio de Janeiro, tenha sido o do Museu Nacional. Mesmo no que respeita à formação graduada, a Faculdade Nacional de Filosofia parece ter tido um papel menor. Criado em 1958, o curso de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica — PUC, graduou parcela expressiva dos cientistas sociais cariocas que hoje ocupam posições destacadas na comunidade acadêmica. Entretanto, em que pese a disposição explícita de replicar o modelo da ELESF o curso da PUC jamais logrou desenvolver atividade de pesquisa. E a Universidade do Brasil só tardiamente tratou de criar condições para a pesquisa em Ciências Sociais. A criação do ICS não teve outro objetivo, mas não deixa de ser sintomático que tenha constituído o último empreendimento do período e que projetos de porte significativo patrocinados pela UNESCO tenham sido montados, antes do CBPE e do CLAPCS.

É muito provável que as vicissitudes políticas que marcaram a origem da FNFi, influenciando sobre o recrutamento e sobre a própria organização interna das áreas, tenha obstaculizado o desenvolvimento de grupos capazes de promover a institucionalização da pesquisa. Por outro lado, devem ter pesado circunstâncias ligadas ao próprio funcionamento da FNFi, em particular aquelas ligadas às condições de trabalho dos docentes. Em diagnóstico efetuado à época, Pe. Fernando de Ávila atribuiu a dificuldade de assegurar uma atividade de pesquisa continuada no interior da Universidade à inexistência de tempo integral (Ávila, 1960:5). De forma mais ampla, Sorj, analisando a experiência do ICS, diagnostica as vicissitudes das Ciências Sociais na Universidade do Brasil:

“As motivações que empenham um grupo de professores da Faculdade Nacional de Filosofia e de outras faculdades da Universidade do Brasil (...) na criação do ICS devem ser buscadas na realidade mais imediata do contexto acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia. Esta deixava muito a desejar no que se refere à pesquisa em Ciências Sociais voltada para o exame da realidade brasileira. Mais ainda, ela atendia de forma precária até mesmo a sua

## Quadro V

## CIÊNCIAS SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO: PRINCIPAIS CONSTRUTORES DE INSTITUIÇÕES

| Nome            | Naturalidade<br>Ano Nascimento | Instituição onde<br>se Formou                              | Carreira Profissional  | Carreira<br>Política                       | Partido<br>Político | Associação<br>Profissional                        |
|-----------------|--------------------------------|--|--|--|---------------------|---|
| Artur Ramos     | Pilar-Alagoas<br>1903-1969     | Faculdade de Medicina-Universidade da Bahia                | Doutor (1926) — Tese Primitiva — Loucura, 1928 — Livre docência, Clínica Psiquiátrica na Faculdade Medicina da Bahia. 1928 — Médico Legista do Instituto Nina Rodrigues. Diretor do Manicômio Judiciário. Diretor do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental. 1935 — Cátedra de Psicologia Social da UDF. Cátedra de Antropologia na FNEI, UBrasil. Chefia do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO  |  |                     | Fundador da Sociedade de Antropologia e Etnologia |
| Anísio Teixeira | Cactitê-Bahia<br>1900-1971     | Faculdade de Direito-Universidade do Rio de Janeiro (1922) | Master of Arts Teacher's College Columbia (1929)<br>Superintendente de Educação Secundária. Departamento Nacional de Educação (1931)<br>Diretor Geral do Departamento de Educação e Cultura. DF (1931/34)<br>Criador UDF (1935)<br>Consultor Tradutor da Companhia de Editora Nacional (1936/44)<br>Sócio Proprietário da Sociedade Brasileira Importadora e Exportadora (1938/55)<br>Conselheiro de Educação Superior do Departamento de Educação da UNESCO (1946/67)<br>Secretário Geral CAPES (1951/64)<br>Diretor INEP (1952/64)<br>Conselho Estadual de Educação (1962/68)<br>Reitor UnB (1963)<br>Professor visitante na Columbia e Universidade da Califórnia — Los Angeles (1963/65)<br>Consultor da Cia. Nacional (1966/71) | Secretário de Educação e Cultura-DF (1935) |                     | Presidente ABE                                    |

| Nome                          | Naturalidade<br>Ano Nascimento        | Instituição onde<br>se Formou             | Carreira Profissional   | Carreira<br>Política   | Partido<br>Político | Associação<br>Profissional  |
|-------------------------------|---------------------------------------|---|---|--|---------------------|---|
| Darcy Ribeiro                 | Montes Claros<br>Minas Gerais<br>1922 | FLSP, São Paulo                           | Licenciado em Ciências Sociais (1946)<br>Pesquisador SPI (1947)<br>Organizador e 1.º Diretor do Museu do Índio (1954)<br>Professor etnologia FNFi (1955/61)<br>Diretor Divisão de Estudos CBPE (1957)<br>Coordenador de Planejamento da UnB (1960)<br>Reitor UnB (1961/63)<br>Presidente do Centro Brasileiro de Pesquisas Sociais (1962)<br>Professor de Antropologia — Universidade do Uruguai<br>Pesquisador do Instituto de Estudos Internacionais-Universidade do Chile (1970)<br>Organizador do Centro de Estudos Participação Popular no Peru (1972) — PNUD-OIT<br>Plano reestruturação da Universidade do Peru<br>Plano Universidade de Ciências Humanas — Argel<br>Comissão PNUD para Universidades do III Mundo, México (1975)<br>Professor Titular do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais UFRJ | Ministro da Educação (1962)<br>Chefe da Casa Civil da Presidência (1963)<br>Vice-Governador do Rio de Janeiro (1983/86)<br>Secretário de Ciência e Cultura do Rio de Janeiro (1983/86) |                     |   |
| Luis de Aguiar<br>Costa Pinto | Salvador-Bahia<br>1920                | Faculdade Nacional<br>de Filosofia (1944) | Cátedra Sociologia — Faculdade Nacional de Ciências Econômicas<br>Livre Docente Sociologia — UB (1947)<br>Assessor do Serviço de Pesquisa do Departamento de Indústria e Comércio da Secretaria da Agricultura da Prefeitura do DF<br>Consultor SENAC<br>Chefe da Divisão de Pesquisa do Instituto de Economia da Fundação Mauá (1948/52)<br>Diretor CLAPCS (1957/61)<br>Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas MEC (1956)   |  |                     | Sociedade Brasileira de Sociologia — ISA — (Vice presidente)<br>Sociedade Brasileira de Estatística |

| Nome                        | Naturalidade<br>Ano Nascimento | Instituição onde<br>se Formou  | Carreira Profissional   | Carreira<br>Política | Partido<br>Político | Associação<br>Profissional                     |
|-----------------------------|--------------------------------|--|---|----------------------|---------------------|--|
| Evaristo de Moraes<br>Filho | Rio de Janeiro-RJ<br>1914      | Faculdade Nacional<br>de Direito<br>Faculdade Nacional<br>de Filosofia | Livre Docente de Sociologia FNF<br>Catedrático de Direito do Trabalho<br>— FND<br>Vice Presidente do Instituto de<br>Ciências Sociais<br>Procurador da Justiça do Trabalho<br>Secretário da Comissão Mista de<br>Conciliação<br>Livre Docente de Direito do<br>Trabalho FND   |                      |                     | SHS<br>Instituto<br>Brasileiro de<br>Filosofia |
| Djacir Lima<br>Menezes      | Maranguape-Ceará<br>1907       |  | Catedrático de Instituto de Educação<br>do Ceará. Faculdade de Direito<br>do Ceará, FNF, FNCE   |                      |                     |  |
| Manuel Diegues<br>Júnior    | Maceió-Alagoas<br>1912         | Faculdade de Direito<br>de Recife (1935)                               | Auxiliar Técnico da Delegacia<br>Regional MTIC (1938)<br>Assistente do Secretário Geral do<br>IBGE (1939)<br>Diretor do Departamento de<br>Estatística, ES (1940/41)<br>Diretor do Departamento de<br>Estatística de Alagoas (1942/45)<br>Secretário do Conselho<br>Alagoas (1942/45)<br>Chefe da Segurança da Divisão<br>Cultural IBGE (1945/47)<br>Chefe da Biblioteca de Intercâmbio<br>do Conselho Nacional de Estatística<br>(1948/52)<br>Diretor do Serviço de Informação<br>Agrícola do Ministério da Agricultura<br>(1954)<br>Chefe do Departamento de Estudos<br>e Planejamento IMIC — (1955)<br>Professor de Antropologia,<br>Psicologia e Serviço Social<br>PUC<br>Professor de Etnologia e Etnografia<br>do Brasil na Faculdade de<br>Filosofia da PUC e Faculdade<br>Santa Ursula<br>Diretor CLAPCS (1962) |                      |                     |  |



| Nome                               | Naturalidade<br>Ano Nascimento | Instituição onde<br>se Formou   | Carreira Profissional  | Carreira<br>Política   | Partido<br>Político   | Associação<br>Profissional        |
|------------------------------------|--------------------------------|---|--|--|---|-----------------------------------|
| Fernando Bastos de<br>Ávila        | Rio de Janeiro-RJ<br>1918      | Faculdade de Padres<br>Jesuítas de Nova<br>Friburgo/Teologia<br>N. Gregoriana/Roma<br>Ciências Políticas e<br>Sociais — Louvain | Professor de Sociologia-Faculdade de<br>Filosofia, Escola de Sociologia-PUC<br>Prof. Sociologia da Escola de<br>Serviço Social "Ana Néri"<br>Professor de Estudos Brasileiros do<br>Instituto Rio Branco (1957/58)<br>Diretor da Comissão Nacional<br>Católica<br>Diretor da Escola de Sociologia e<br>Política — PUC  |  |   |                                   |
| Themistocles<br>Brandão Cavalcanti | Rio de Janeiro-RJ<br>1899      | Faculdade de<br>Ciências Jurídicas e<br>Sociais   | Advogado dos alunos da Escola Mi-<br>litar envolvidos na revolta de 5.7.22<br>Advogado dos revolucionários do<br>paulistão (1924)<br>Conselheiro Técnico da Confedera-<br>ção Nacional do Comércio (1950)<br>Diretor IDPCP<br>Presidente IBECC (UNESCO)<br>(1955/64)<br>Comissão Juristas para elaboração<br>do Anteprojeto da Constituição/67<br>Ministro Supremo Tribunal Federal<br>(1967)  | Secretário de<br>Antonio Prado<br>Revolucioná-<br>rio 1930<br>Consultor Pre-<br>feitura do DF<br>com Pedro Er-<br>nesto<br>Procurador<br>geral da Repú-<br>blica (1945/47) | Fundador<br>1926-PD<br>1.º Secretário<br>do Clube 3 de<br>Outubro<br>(1931) UDN | Vice-Presi-<br>dente IAB,<br>1941 |
| Guerreiro Ramos                    | Bahia<br>1915-1985             | Faculdade de<br>Ciências Sociais —<br>FNF — 1942<br>Faculdade de Direito<br>— FNF — 1943  | Logo em 1943 foi indicado para a<br>área de Ciência Política na Faculda-<br>de Nacional de Filosofia, mas não foi<br>nomeado para o cargo por suspeitas<br>de colaboração com os comunistas.<br>Ficou em 1943 desempregado e atra-<br>vés de San Tiago Dantas arranhou<br>um curso no Departamento Nacio-<br>nal da Criança. Foi nomeado no<br>final de 43, técnico administrativo<br>do DASP. Recebeu influências de<br>Pierson no que diz respeito às téc-<br>nicas de pesquisa ("escreve coisas<br>muito americanizadas"). Em 1951,<br>quando Getúlio reassume, vai tra-<br>balhar na Casa Civil com Rômulo<br>de Almeida, permanecendo no DASP.<br>Professor Fundador da EBAP<br>Professor da FGV (1952)<br>Reuniões em Itatiaia (ISEB) 1955<br>Foi nomeado como delegado do<br>Brasil na ONU em 1952, através de<br>San Tiago Dantas<br>Saindo do ISEB em 1959, teve uma<br>coluna em "O Semanário"<br>Em 1958/59 teve uma coluna na<br>Última Hora.<br>Ministrou cursos na Escola Superior<br>de Guerra<br>Fez a 1.ª pesquisa de padrão de<br>vida no Brasil, publicada no<br>"Anuário do Brasil"<br>Vai para os Estados Unidos. | Com 17 anos<br>ainda no Giná-<br>sio partici-<br>pou do movi-<br>mento integra-<br>lista (1933).   |   |                                   |

função principal definida como de ensino e transmissão de conhecimento. De fato, muitos professores não possuíam formação específica nas ciências sociais, mas em outras disciplinas onde a sociologia e a política se constituíam em subáreas, como por exemplo, sociologia do Direito, Ciências Jurídicas e Políticas. Os programas que ministravam estavam em franca defasagem com os progressos que as ciências sociais apresentavam a partir da década de cinquenta, tanto a nível nacional como internacional. E havia pouca ênfase na pesquisa empírica e na problematização da realidade social brasileira” (Sorj, 1986:5).

Em suma, ensino e esforços de pesquisa tenderam a se divorciar nas instituições dedicadas às Ciências Sociais no Rio de Janeiro no período estudado, em claro contraste com a experiência que, bem ou mal, se desenvolvia em São Paulo. Separadas, docência e investigação, se domiciliaram em instituições que um conjunto de condições tornava muito vulneráveis às circunstâncias políticas. Não foi por acaso que a mudança política provocada pelo Golpe Militar de 1964 teve sobre elas o efeito de um dilúvio, ao qual nenhuma escapou ileso.

O ISEB constituiu um caso exemplar e limite de vulnerabilidade aos avatares da política. Provavelmente em razão do propósito explícito de intervenção política que moldou sua feição institucional.<sup>8</sup> A polarização política que sacudiu a cena pública brasileira, no final dos anos 50, projetou-se no conflito interno que cindiu a instituição. A discussão sobre a natureza da política nacionalista levou ao conflito aberto entre as principais lideranças do ISEB, desde a publicação da obra polêmica de Hélio Jaguaribe *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. A partir de então, a radicalização de posições no campo nacionalista encontrou no Instituto sua caixa de ressonância e sua plataforma de propagação. O ISEB, que foi alvo privilegiado da sanha repressiva da primeira hora do governo militar, era uma instituição tão dilacerada quanto o sistema político que sossobrou em 31.3.64.

Finalmente, as circunstâncias em que foram geradas as instituições e o perfil de seus construtores marcaram os conteúdos e, sobretudo, a natureza das Ciências Sociais que aí se produziram. As diferenças de paradigma, enfoque e forma de tratamento das informações eram, obviamente,

te, enormes e tornam ilegítimas quaisquer generalizações apressadas. Entretanto, para além da dissemelhança existia algo de comum nas maneiras como grupos e instituições propuseram a relação entre o conhecimento produzido e o que era percebido como a agenda de problemas da nação.

Para alguns, como os criadores do IBESP-ISEB, a Sociologia havia de ser a autoconsciência da nação, o instrumento através do qual “a nação possa compreender-se a si própria, decifrar objetivamente seus problemas” (G. Ramos, 1954:78-9). Ou, nas palavras de Jaguaribe, “contribuir para formulação de uma ideologia estrutural e “faseologicamente” adequada à mobilização da sociedade para os esforços necessários à realização do projeto de desenvolvimento nacional” (Jaguaribe, 1979:96). Mas, não só isso. Ela não deveria ter pejo de ser produção de conhecimento interessado que iluminasse e orientasse as opções das forças políticas e dos *policy makers*. Uma Sociologia que nas palavras de Guerreiro Ramos “se pensa”, por assim dizer, “com as mãos” no exercício de atividades executivas e de aconselhamento nos quadros dos negócios privados e governamentais” (Ramos, 1954:115). Anísio Teixeira concebia o CBPE como um instrumento para “à luz da política institucional formulada pela pesquisa antropológica e das verificações da pesquisa educacional (...) elaborar planos, recomendações e sugestões para a reconstrução educacional de cada região do país, no nível primário, rural e urbano, secundário e normal, superior e de educação de adultos” (*Apud* Mariani, 1982:177-78). Se a ênfase na convergência do Direito Público com a Ciência Política tinha por meta propiciar uma formação mais completa às elites do País, os objetivos do INDIPO não se esgotavam aí. Fazia parte dos seus estatutos “a realização de estudos e pesquisas, tendentes à elaboração de anteprojetos de leis e regulamentos” (*Revista de Direito Público e Ciência Política*, 1957:137). Os exemplos poderiam multiplicar-se. Importa aqui ressaltar que tratava-se de uma produção que não se dirigia à comunidade acadêmica, nem tampouco aos cultores de conhecimento dileta e desinteressado. Ao revés, os destinatários das Ciências Sociais eram a cidadania esclarecida e, antes dela, as elites políticas do País. Essa característica, que conferia especial vitalidade e tensão criadora à produção do período, talvez tenha contribuído,

juntamente com as dificuldades de institucionalização da pesquisa acadêmica, para o prolongamento da tradição do grande ensaio e pelo precário desenvolvimento de modalidades de organização do conhecimento, que as Ciências Sociais acadêmicas já haviam institucionalizado em outros países.

#### Notas

1. Sobre o tema ver Schwartzman (1979: 163-90); (1982: 11.136) e (1984: 173-230).
2. As informações deste parágrafo e dos seguintes apóiam-se extensamente em Salém (1982).
3. Sebastião de Magalhães, "Um inquérito social sobre as condições de vida do morro do Querosene", *A Ordem*; Maria de Lourdes Gomes, "Como a sociologia pode contribuir para a reforma cristã da sociedade", *A Ordem*; Antonio Gabriel Fonseca, "A reforma cristã da sociedade", *A Ordem*, v. 14, n. 29.
4. Sobre o INEP ver Mariani (1982).
5. Sobre o tema ver Melatti (1984).
6. Sobre a atuação da UNESCO nas Ciências Sociais na América Latina ver Lengyel (1986).
7. Para uma reconstituição competente da história do CBPE ver Mariani (1982). A história do ISEB é conhecida e controversa. Sobre o assunto ver: Jaguaribe (1979), Sodré (1986), Debert (1986) e Toledo (1975).
8. Schwartzman (1982) identifica a novidade IBESP-ISEB na proposta de constituição de um grupo de intelectuais com projeto político próprio.

#### Bibliografia

- Ávila, Pe. Fernando de  
1960. "Relatório sobre o ensino das ciências sociais no Brasil". Rio de Janeiro, Encontros Regionais de Educadores Brasileiros, *mimeo*.
- Azevedo, Fernando de  
1956. *As Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro, ed. Melhoramentos, vol. II.
- Cândido, Antônio  
1976. *Literatura e Sociedade*. 5.ª ed., São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- Costa Pinto, L. A.; Carneiro, E.  
1955. *As Ciências Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, CAPES.
- Debert, Guita Grin  
1986. *A Política no Significado nos Anos 60: O Nacionalismo no ISEB e na ESG*. Tese de Doutorado apresentada à FFLCH da USP.
- Guerreiro Ramos, Alberto  
1954. *Cartilha de um Aprendiz de Sociólogo*. Rio de Janeiro, Andes.
- Jaguaribe, Hélio  
1979. "ISEB: um breve depoimento e uma reapreciação crítica". *Cadernos de Opinião*, n. 14, out.-nov., pp. 94-110.
- Lengyel, Peter  
1986. *International Social Science: The UNESCO Experience*, New Brunswick, Transaction Books.

- Mariani, Maria Clara  
 1982. "Educação e ciências sociais: o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e Pesquisas Educacionais", Simon Schwartzman, in *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*, Brasília, CNPq.
- Martins, Luciano  
 1987. "A gênese de uma *intelligentsia*: os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1940". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. II, n. 4.
- Melatti, Júlio César  
 1984. "A antropologia no Brasil: um roteiro". *BIB* n. 17, pp. 3-52.
- Paim, Antônio  
 1982. "Por uma Universidade no Rio de Janeiro", Simon Schwartzman, in *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq.
- Salem, Tânia  
 1982. "Do Centro Dom Vital à Universidade Católica", Simon Schwartzman, *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*, Brasília, CNPq.
- Schwartzman, Simon  
 1979. *A Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo, Cia. ed. Nacional.  
 ———. *Introdução, Pensamento Nacionalista e Os Cadernos do Nosso Tempo*. Brasília, Câmara dos Deputados, pp. 4-119.
- Schwartzman, Simon; Bomeny, Helena; Ribeiro da Costa, Wanda  
 1984. *Tempos de Capanema*. Rio, Paz e Terra-Edusp.
- Sodré, Nelson Werneck  
 1986. "A verdade sobre o ISEB". Nelson Werneck Sodré, in *História da História Nova*, Petrópolis, Vozes.
- Sorj, Bila  
 1986. *As Ciências Sociais no Rio de Janeiro nos anos 60: O Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil*. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, mimeo.
- Toledo, Caio Navarro  
 1978. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo, Ática.
- Vianna, Oliveira  
 1974. *Instituições Políticas Brasileiras*. 2.ª ed., Rio, Paz e Terra-UFF.